

A gênese da construção do discurso antipetista

Análise da eleição para governador do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 1994

*The genesis of the antipetista discourse's construction
Analysis of the election for governor of Rio Grande do Sul in 1994*

César Luciano Filomena*

Resumo: Este artigo investiga as origens do discurso antipetista como uma forma de reação à hegemonia político-social que a articulação discursiva do Partido dos Trabalhadores exercia sobre a sociedade porto-alegrense no ano de 1994. Reação que paradoxalmente promoveu o surgimento de um cenário de polarização política (de antagonismo) numa metrópole, cuja sociedade era caracterizada pela heterogeneidade social. Esta pesquisa tem como fonte a análise das notícias e das opiniões expressas sobre a eleição para o governo do Estado do Rio Grande do Sul entre os meses de setembro e novembro de 1994 nos dois principais jornais de Porto Alegre.

Palavras-chave: Antipetismo; Antagonismo; Articulação discursiva; Hegemonia; Heterogeneidade social

Abstract: This paper discusses the sources of the against Partido dos Trabalhadores's discourse (antipetista's discourse) as a reaction to the political and social hegemony of this party discursive articulation on the Porto Alegre's society during 1994. This reaction paradoxically enabled the beginning of polarized scenario (antagonism) in a society characterized by social heterogeneity. The research is based on the analysis of political reports and opinions related to this 1994 election. The information was collected from the two main Porto Alegre's newspapers between September and November of 1994.

Key words: Antipetismo; Antagonism; Discursive articulation; Hegemony; Social heterogeneity

Introdução

Há na história política do Estado do Rio Grande do Sul um fenômeno que, de modo latente ou manifesto, com insistência vem se repetindo: a polarização política. Como expõe o historiador Joseph Love (1975) no

* Mestre em Ciências Sociais pela Pucrs, Porto Alegre, Brasil, engenheiro civil e de segurança do trabalho; é professor do Centro Universitário Metodista IPA, Porto Alegre, Brasil. <filomend@portweb.com.br>

<i>Civitas</i>	Porto Alegre	v. 8	n. 2	p. 283-299	maio-ago. 2008
----------------	--------------	------	------	------------	----------------

trabalho *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*, desde o Império com o conflito entre os *farrapos* e os *imperiais*, passando pela República Velha e pelas crises que envolveram republicanos *versus* federalistas, chimangos *versus* maragatos ou legalistas *versus* libertadores, já havia uma clara tendência à polarização política e à conformação de hegemonias temporárias e precárias no Estado. Para além dos períodos anteriores, nos anos que se seguiram a Era Vargas no Brasil, esse fenômeno foi reeditado na polarização PTB¹ *versus* anti-PTB (Cânepa, 2005). No período do regime militar, entre os anos de 1966 e 1979, a tradição de polarização foi reeditada pelo bipartidarismo expresso no antagonismo entre a Arena² (na sua maioria composta pela oligarquia urbana rio-grandense) e o MDB³ (hegemonizado pela burguesia urbana do estado).

Nos anos de 1990 o cenário de polarização política foi revitalizado com muita intensidade no Rio Grande do Sul. Nele, foram expostas duas posições: a dos que simpatizavam ou convergiam com os princípios e práticas desenvolvidos pelo Partido dos Trabalhadores (PT) à época; e a dos que se colocavam no pólo oposto ao deste partido. A síntese desta nova polarização refletiu-se em dois discursos antagônicos que ganharam contornos culturais no Rio Grande do Sul e na capital Porto Alegre: o *petista* e o *antipetista*.

Os discursos petista e antipetista são o tema desse trabalho. Fundamentalmente a descrição de como dois significados – as contradições internas do Partido dos Trabalhadores e a visão do papel do Estado – foram articulados, emprestando sentido para dois campos políticos antagônicos no Rio Grande do Sul. A pesquisa circunscreve-se ao episódio da disputa eleitoral em dois turnos para governador do Estado de 1994 (interdependente da disputa majoritária pela presidência da República) entre Antônio Britto da coligação Movimento *Rio Grande Unido e Forte*⁴ e Olívio Dutra da *Frente Popular*:⁵ marco inicial do antagonismo entre petistas e antipetistas.

¹ PTB – Partido Trabalhista Brasileiro – de tradição eminentemente populista influenciada pela política de Getúlio Vargas.

² Arena – Aliança Renovadora Nacional – partido oficial do regime militar no período de exceção entre os anos de 1966 e de 1979.

³ MDB – Movimento Democrático Brasileiro – partido do sistema bipartidário resultante da articulação de diversos partidos de oposição ao regime militar resultante das limitações impostas pelo Ato Institucional nº 02 de 27 de outubro de 1965.

⁴ Movimento Rio Grande Unido e Forte – coligação de centro direita encabeçada pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) aliado ao PL (Partido Liberal) e ao PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira).

⁵ Frente Popular – coligação de esquerda encabeçada pelo PT, aliado ao PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados), ao PPS (Partido Popular Socialista), ao PSB (Partido Socialista Brasileiro), ao PV (Partido Verde) e ao PC do B (Partido Comunista do Brasil).

No episódio, com base nas notícias, artigos de opinião e editoriais veiculados nos jornais porto-alegrenses *Zero Hora* e *Correio do Povo*, durante os meses de setembro a novembro de 1994, interpretar-se-á como os dois significados ganharam contornos de luta política antagonica, nas opiniões de um e de outro campo. Paradoxalmente, na perspectiva de Porto Alegre, o episódio se desenvolve num contexto social de heterogeneidade cultural, politicamente hegemonizado pelo PT à época.

Na seção seguinte, os marcos teóricos do discurso político são abordados numa aproximação com o que Geertz conceitua como cultura, ressaltando que, no discurso, as hegemonias são precárias e contingentes e, nesse aspecto, diferente de uma perspectiva antropológica.

Contexto, heterogeneidade contemporânea, hegemonia, polarização e cultura

Em 1994 o Estado do Rio Grande do Sul tinha mais de 9,1 milhões de habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes a 1991. Era governado por Alceu Collares do Partido Democrático Trabalhista (PDT), cuja gestão caracterizava-se pelos constantes conflitos com as corporações de funcionários públicos e com a sociedade, pelas limitações de governança impostas pela ineficiência da estrutura estatal e pelo uso de práticas próximas às populistas. Dois episódios políticos marcaram sua gestão: a implantação do programa do *Calendário Rotativo*⁶ e a Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa/RS, conhecida como *CPI da Propina*, instaurada em 1993 para investigar as suspeitas de pagamento de propinas para os agentes de governo nos negócios estatais.

Já Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, em 1994 tinha, segundo dados da FEE,⁷ 1.278.767 habitantes: aproximadamente 14% da população do Estado. Desde 1989, era administrada por prefeitos do PT, primeiro com Olívio Dutra (1989-1992) e depois com Tarso Genro.

⁶ O Calendário Rotativo foi um programa da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul no governo do PDT, dirigida pela esposa do governador Alceu Collares, a secretária de Estado Neusa Canabarro. Nesse programa, o calendário letivo das escolas estaduais passou a ter três períodos ao invés de dois, eliminando os recessos de inverno e parte do de verão, causando transtornos para os alunos, seus pais, funcionários de escolas e professores. Justificava-se pela falta de efetivo de professores para atender à demanda escolar. Dado seu caráter controverso, sofreu grande repulsa popular.

⁷ FEE – Fundação Estadual de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Dados em www.fee.rs.gov.br/feeadados/consulta/frame_ResultadoVar.asp; último acesso em 20 de dezembro de 2007.

A par das dificuldades típicas dos grandes centros urbanos brasileiros, a Administração Popular – denominação pela qual ficaram conhecidas as gestões petistas na cidade – consolidava-se junto à população porto-alegrense pela implantação de experiências que reuniam as idéias de governança e de governabilidade, com um novo jeito de governar: *o modo petista de governar*⁸ (Filomena, 2006). Dentre essas experiências classificadas por Genro (2001) como de co-gestão entre a população e o Estado, está a mais relevante delas: o Orçamento Participativo (OP). Para Ottmann (2006), o OP de Porto Alegre, mesmo sendo uma experiência incapaz de superar na plenitude o patrimonialismo arraigado a cultura política brasileira, trouxe transparência para o modo de distribuição dos recursos públicos e, com isso, melhorias infra-estruturais para os bairros periféricos.

Este novo modo de co-gestão ou de governança originado nas experiências de gestão petista funcionou como um contraponto à tradição estatal clientelista e de insulamento burocrático que Nunes (1997) reconhece como herança da Era Vargas. Segundo Filomena (2006), de modo concomitante, a gestão do PT em Porto Alegre fazia o contraponto, na época, à discussão da reforma do Estado presente no âmbito nacional, liderada pelo PSDB, também contrário à cultura patrimonialista.

A Reforma Gerencial do Estado, defendida pela candidatura à presidência de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), era parte integrante de um programa de consolidação da estabilidade econômica iniciado com o Plano Real em 1994. A reforma implicava em mudanças constitucionais, na privatização de empresas estatais nos setores compatíveis com a iniciativa privada, na “publicização” de serviços públicos em áreas passíveis dessa possibilidade e na concentração dos esforços do aparato estatal, somente nas atividades em que a responsabilidade não pudesse ser transferida, como a dos serviços de justiça, no policiamento e na arrecadação (Bresser Pereira, 1998). Inspirava-se nas reformas liberais aplicadas durante os anos de 1980 em países como a Inglaterra e a Alemanha como resposta à hegemonia do *welfare state* e ao endividamento crescente dos Estados nacionais que, segundo seus defensores, dificultava a possibilidade da iniciativa privada investir e impossibilitava o crescimento econômico (Bordieu, 1998; Viana, 2006). Frente ao contexto descrito, o OP e as políticas públicas da Administração Popular criaram as condições para que em Porto Alegre fosse estabelecido um ambiente positivo para o PT, principalmente junto às comunidades

⁸ *O modo petista de governar* – alusão ao livro de mesmo nome organizado por Bittar (1992) –, onde três princípios políticos o estruturavam: *o da inversão de prioridades, o do estabelecimento de valores éticos na administração pública e o de relações de novo tipo entre o Estado e a sociedade.*

de periferia beneficiadas pelas melhorias. Aos movimentos comunitários, alinhados ao PT, aliaram-se setores dos movimentos sociais urbanos como os de gênero e ambientais e parte dos sindicatos, principalmente os ligados a Central Única dos Trabalhadores (CUT) criando um sentimento petista, que, segundo Dias (2002a), ganhou contornos de hegemonia na cidade. Para além dos limites da capital, as experiências da Administração Popular abriram caminho para a interiorização desta forma de governar, seja pela publicidade e pelo diálogo entre cidadãos do Estado, seja pelos meios de comunicação.

Porém, Porto Alegre é uma metrópole e assim o era em 1994, com todos os condicionantes de heterogeneidade social. Como metrópole, apresenta, em maior ou menor grau, os principais problemas das demais grandes cidades brasileiras onde os recursos públicos são limitados. Logo, se há setores beneficiados com as políticas públicas, também há os que ficam relegados ao segundo plano. Não há universalidade na ação do poder público, como também há diferenças, por vezes inconciliáveis, dentro da multiplicidade de identidades e de interesses existentes entre os sujeitos dos movimentos sociais urbanos, como afirma Mouffe (2003).

Para além das divergências ligadas às identidades, no caso de Porto Alegre, também estas existiam em relação às organizações e aos movimentos que discursivamente relegavam ao segundo plano a intervenção estatal devido a uma visão liberal de Estado (antagônica ao discurso petista), que em 1994 traduzia-se no *neoliberalismo*. Os antagonismos estendiam-se também em direção aos vereadores de oposição ao governo municipal, principalmente na rejeição que estes tinham ao OP (Dias, 2002a; 2002b). Estes antagonismos não se circunscreveram a apenas a cidade Porto Alegre. Espalharam-se pela geografia que lhe é vizinha, formando dois campos de opinião que atingiram todo o do Rio Grande do Sul, como será apresentado adiante, no episódio eleitoral de 1994.

Hegemonia é “a categoria central para uma teorização política” (Laclau, 2005, p. 97). Indissociáveis desta, outras categorias se somam expressando as condições para a existência do que Laclau e Mouffe (2004) denominam de luta popular. Nela, as identidades articuladas no âmbito do discurso (significados) formam duas *cadeias de equivalência*,⁹ cujos sentidos de uma e de outra constituem campos antagônicos que polarizam as opiniões

⁹ Segundo Laclau e Mouffe (2004) o sentido dado para *cadeias de equivalência*, nesse caso, indica que as diferenças relacionais existentes nelas têm origem num outro discurso conformado entre identidades totalmente externas às cadeias, não relacionáveis a elas. Ou seja, as identidades articuladas nas cadeias de equivalência relacionam-se entre si devido ao antagonismo que têm em relação a outro discurso e a outras identidades. No caso desta pesquisa, as cadeias de equivalências são aquelas que articulam identidades antagônicas que estruturam o discurso petista e o antipetista.

políticas. Assim, para que exista hegemonia é necessário que existam, também, cadeias de equivalência (discursos antagônicos) e a criação das condições para que um dos pólos venha, de modo precário, contingente e contextual, portanto temporário, consolidar fronteiras discursivas e maiorias sociais. Segundo Laclau:

Uma classe ou grupo é considerado como hegemônico quando não se encerra em uma estreita perspectiva corporativista, mas sim quando se apresenta a amplos setores da população como o agente realizador de objetivos mais amplos tais como a emancipação e a restauração da ordem social (Laclau, 1996, p. 82).

Conforme destacado anteriormente, Dias (2002a, p. 178), numa latente sintonia com Laclau, afirma que “a identidade social construída pelo PT, em função de valores como democracia e participação popular, é difícil de combater retoricamente”, por essa razão, era hegemônica. Ao mesmo tempo, porém, destaca que, no período estudado aqui, a hegemonia petista em Porto Alegre era duramente contestada pelas forças de oposição. O discurso antipetista, para o período proposto neste estudo, resultava da formação de uma cadeia de equivalência entre elementos cuja ligação era a negação ao PT e aos valores defendidos pelo partido.

A luta popular e a conformação de dois campos políticos antagônicos (dois pólos) ganharam no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre, a partir da perspectiva discursiva, contornos de cultura política, apropriada para as características locais, mas sem uma pretensão de totalidade estruturada. Para Geertz, o conceito de cultura envolve “as teias de significados” desenvolvidas pelos homens (pelos grupos humanos) e a interpretação destas (2008, p. 4). Dessa forma, ao equivaler as categorias de discurso e de cultura, o objetivo desse trabalho passa a ser o da definição de quais significados que, combinados, construíram os discursos petista e antipetista, num contexto de hegemonia e fronteiras discursivas precárias e de contingência das eleições em dois turnos para governador do Estado em 1994.

Sem lançar mão de técnicas etnográficas, na seção seguinte, a partir das notícias, editoriais e artigos de opinião apresentados nos jornais *Zero Hora* e *Correio do Povo*, identificar-se-á os significados e as redes destes, interpretando o modo como foram organizados o discurso petista e o discurso antipetista, para o período da análise.

A gênese do antipetismo no contexto eleitoral de 1994 representado na mídia impressa de Porto Alegre

Na visão defendida por Luhmann, os sistemas sociais – cujo traço característico é a comunicação – possuem a capacidade de receber e diminuir

a complexidade do mundo. Fazem isso através da seleção de possibilidades, mediante a exclusão de outras, que permanecem excluídas na condição de possibilidades futuras (Neves, 1997). Azevedo (2001), fundamentado também em Luhmann, destaca que a mídia escolhe um número limitado de assuntos e acontecimentos para noticiar. Desse modo, opera uma simplificação da complexidade social quanto aos temas apresentados e, de forma derivada, da *opinião pública*.¹⁰

Essa seleção temática integra-se à noção de *agenda-setting* advinda dos trabalhos de McCombs e Shaw, na qual a mídia, ao dar cobertura a determinados assuntos e ao ignorar outros, elabora uma representação da realidade. Isto não significa, contudo, que a mídia influencia o comportamento do indivíduo, mas estabelece os temas sobre os quais este (o indivíduo) deve construir opiniões e, ao mesmo tempo, prioriza os assuntos a serem abordados pelos jornalistas e pelo leitor – na política também eleitor (Azevedo, 2001).

Rodrigues e Mendonça (2006) acreditam ser possível estabelecer pontes entre as abordagens da Teoria da Hegemonia de Laclau e a Teoria dos Sistemas de Luhmann. O que nos interessa, para o caso em tela, é que a idéia de seleção de temas e exclusão de outros, como forma de construção da opinião pública, se assemelha, na articulação discursiva, a momentos e a conformação de pontos nodais discursivos, ambos integrados à concepção de fronteiras e, conseqüentemente, à disputa pela hegemonia num determinado contexto. Opinião pública, discurso, hegemonia e contexto são categorias interligadas.

O contexto dessa pesquisa é o da *disputa eleitoral para o governo do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 1994*.¹¹ Naquele período, houve o enfrentamento de duas visões de Estado antagônicas, como apresentado na seção anterior, às quais inferimos como primeiro significado sobre o qual se estruturaram o discurso petista e o discurso antipetista em debate.

A primeira visão era representada pela coligação Movimento Rio Grande Unido e Forte, com a candidatura do então ex-ministro da previdência Antônio Britto, alinhada de modo latente – a partir do início de setembro,

¹⁰ Opinião pública que na visão de Luhmann, segundo Azevedo (2001, p. 184), “se apresenta basicamente como uma estrutura temática configurada pela mídia”.

¹¹ Além de Antônio Britto e Olívio Dutra concorreram na ocasião em primeiro turno para o governo do Estado as candidaturas: de Sereno Chaise da coligação de centro esquerda PDT (Partido Democrático Trabalhista), PMN (Partido da Mobilização Nacional) e PP (Partido Popular); de Celso Bernardi da coligação de direita PPR (Partido Progressista Renovador) e PFL (Partido da Frente Liberal); de Irapuan Teixeira do Prona (Partido de Reedificação da Ordem Nacional); e de José Luiz Gomes do PRN (Partido da Reconstrução Nacional).

manifesta – com a candidatura de Fernando Henrique Cardoso (PSDB/PFL), centrada na importância do Plano Real para a estabilidade monetária e na necessidade de reestruturação do Estado, das suas estruturas e do serviço público. A segunda tinha como referência as gestões municipais do PT, da qual Porto Alegre era um exemplo exitoso, representada na candidatura de Olívio Dutra, que reunia na Frente Popular os partidos do campo de esquerda (PT, PSB, PSTU, PPS, PV e PC do B): nacionalmente alinhados à candidatura Lula à presidência da República. Candidatura que criticava o Plano Real e a política de privatização de empresas estatais, assim como o fazia Brizola (PDT), outro candidato à presidência (Filomena, 2006). Ambas as visões, como apresentado na seção anterior, contrárias à tradição patrimonialista de Estado.

Já o segundo significado, sobre a qual se estruturou a polarização discursiva em debate, está na exposição pública e no uso pelos adversários das contradições políticas entre as forças políticas internas do Partido dos Trabalhadores. Os jornais foram o principal veículo de profusão destas contradições para o público externo ao PT.

Centrando na fonte de pesquisa, em Porto Alegre, no ano de 1994, havia dois grandes veículos impressos de comunicação de massa, ambos de circulação diária. O primeiro era o jornal *Correio do Povo* pertencente a Empresa Jornalística Caldas Júnior; o segundo era o jornal *Zero Hora* pertencente a Rede Brasil Sul de Comunicação (afiliada da Rede Globo no Rio Grande do Sul). Ambos competiam (e ainda competem) na mesma faixa de informação, fazendo coberturas especiais nas eleições.

Nessa pesquisa, sem avaliar o grau de *isenção dos jornais*,¹² lançamos mão dos temas priorizados pelos dois grandes jornais de Porto Alegre nas suas matérias e colunas de opinião sobre a eleição para enquadrá-los aos dois significados que estruturam os discursos petista e antipetista. Dividimos a análise em dois tempos: no primeiro turno, entre o início de setembro e o dia 3 de outubro (dia da eleição); e no segundo turno, entre o dia 4 de outubro e até após a eleição no dia 15 de novembro.

No primeiro turno, o tema inaugural a ter relevante destaque nos jornais durante a eleição foi o da questão ética na política – um dos três eixos do modo petista de governar – alicerçado pela visão de Estado dos concorrentes

¹² A perspectiva mais utilizada no Brasil para a análise do grau de isenção da mídia na forma de apresentação das informações foi originalmente proposta por Marcus Figueiredo, pesquisador do Doxa – Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião (Iuperj), com metodologia disponível em: <<http://doxa.iuperj.br>>.

ao cargo do governador. A demissão do então ministro da fazenda Rubens Ricupero no início de setembro, devido a manifestações suas referentes ao uso político do Plano Real e do governo federal em benefício da candidatura de Cardoso, desencadeou essa discussão. Conforme noticiado:

As polêmicas declarações de Ricúpero que o levaram a deixar o cargo (de ministro) [...] aconteceram às 20h30min de quinta-feira. Após entrevista ao jornalista Joelmir Betting, o ministro permaneceu no canal aberto da Rede Globo e em conversa com o jornalista Carlos Monforte comentou que gostaria de mais espaço no Fantástico [...] para ‘ajudar o Fernando Henrique’. As declarações foram captadas em todo país por antenas parabólicas. Ricúpero foi mais longe nas suas declarações. Ele admitiu não ter escrúpulos de esconder informações desfavoráveis ao governo Itamar Franco. ‘Eu não tenho escrúpulos. O que é bom a gente fatura; o que é ruim a gente esconde.’ (*Correio do Povo*, 4 set. 1994a, p. 1).

Esta notícia concorria com o evento de oficialização de apoio de Britto a Cardoso em Porto Alegre e de manifesto alinhamento entre essas candidaturas, o que abalou a festa preparada pelo PMDB para o ato. Na manchete do jornal *Correio do Povo* constava: “Ricúpero esfria a festa do tucano” (*Correio do Povo*, 4 set. 1994b, p. 2).

O PT, aproveitando a fragilidade causada pelo episódio Ricúpero, trouxe à tona a denúncia de má gestão e corrupção no período em que Britto foi ministro da Previdência Social. Esse assunto ganhou espaço na mídia durante o primeiro turno, gerando uma dura reação por parte do grupo apoiador de Britto. No apedido publicado por parte do Movimento Rio Grande Unido e Forte, denominado “PT sem escrúpulos” constava a declaração:

É preciso [...] denunciar à Opinião Pública a dimensão política das agressões e de que o PT de Olívio Dutra tira a máscara e pisoteia a ética. [...] Valendo-se de meias informações sobre corrupção na Previdência Social e apresentando flagrante manipulação eleitoreira e estilo fascista, a propaganda gratuita da Frente Popular procurou envolver o Dep. Antônio Britto em irregularidades que ele mesmo ajudou a desvendar (Movimento por um Rio Grande Unido e Forte in *Correio do Povo*, 13 set. 1994, p. 1).

Contra a imagem ética do PT e na defesa do Plano Real, foram veiculados um conjunto de editoriais que criticavam a CUT e ao uso do expediente das greves das categorias metalúrgica, petroleira e bancária para fins eleitorais. No editorial do jornal *Zero Hora* do dia 20 de setembro fica manifesta essa opinião:

Tão prejudicial quanto o grevismo irresponsável é, no Brasil, uma segunda forma de abastardamento do direito inscrito na Carta. Trata-se do processo de manipulação a que são submetidas determinadas classes quando passam a servir de massa de manobra de sindicalistas comprometidos com partidos ou candidatos (*Zero Hora*, 20 set. 1994, p. 10).

Há ainda no primeiro turno, a inserção residual acerca do tema da visão do Estado quanto às privatizações e reformas. Para além do editorial anteriormente citado, o jornal *Zero Hora* dá destaque ao enfoque dado por Cardoso/Britto para questões como a da reforma previdenciária no editorial “Reforma da previdência”:

[...] Fernando Henrique Cardoso [...] quer modificações no sistema de aposentadoria por tempo de serviço; [...] Luiz Inácio Lula da Silva defende a manutenção do sistema de previdência estatal e a realização de constantes auditorias internas; [...] se não houver profunda revisão no sistema ele naufragará em pouco tempo (*Zero Hora*, 20 set. 1994, p. 10).

Em editorial denominado “Privatização de Estradas”, *Zero Hora* manifesta opinião sobre a concessão de serviços públicos. Nele diz: “Não há por que o governo protelar a concessão de serviços que não consegue manter” (*Zero Hora*, 21 set. 1994, p. 10).

O termo fascista utilizado pelo apedido do dia 13 de setembro, anteriormente citado, remete à tentativa de identificação do PT com o autoritarismo. O autoritarismo petista fez parte de um dos enfoques insistentemente veiculado nos jornais e que corrobora com o segundo significado estruturante dos discursos petista e antipetista: as contradições internas do PT. Durante o episódio analisado, as contradições internas foram exploradas sob três enfoques, por vezes interligados: o da divisão política interna partidária, o do autoritarismo petista e o da questão das alianças eleitorais. No primeiro turno, grande parte das veiculações combinou autoritarismo e divisão política interna. A melhor ilustração sobre o tema no primeiro turno foi a da coluna do jornalista José Barrinuevo do jornal *Zero Hora* onde este indica Dutra como refém da esquerda que comanda o partido: os “xiitas”. Barrinuevo considera um erro fatal da candidatura Dutra os ataques a Britto e diz:

Prisioneiro da esquerda que controla o partido, Olívio foi politicamente condenado na justiça. [...] Num momento em que a campanha do PT ganha entusiasmo, a radicalização patrocinada pelos xiitas pode ser fatal para o partido (*Zero Hora*, 20 set. 1994, p. 6).

Após o primeiro turno no dia 3 de outubro, o tema da ética na política voltou a ser veiculado na mídia. Mas, no segundo, a questão da ética foi combinada à tática de reação de Britto, na qual o foco passa a ser a da crítica à Administração Popular, através de manifestações de deturpação do OP, de gastos excessivos com propagandas institucionais e de desabono pessoal ao então prefeito Tarso Genro do PT. Em matéria do jornal *Zero Hora* de outubro aparece:

‘Me recuso cair no jogo da agressão pessoal’, informa o candidato (Britto), pouco antes de atacar o prefeito de Porto Alegre Tarso Genro, por suposto uso da máquina administrativa em favor dos candidatos do PT. [...] A escolha de Tarso como alvo é uma operação mais sofisticada do que a acusação de excesso de propaganda das obras da prefeitura de Porto Alegre. Os aliados de Britto querem enfraquecer a máquina petista no maior colégio eleitoral do Estado, começando por minar uma administração que conseguiu transformar em votos os índices de popularidade apontados pelas pesquisas. Quando acusa Tarso Genro de ter se transformado em cabo eleitoral da filha, eleita deputada estadual, Britto joga com os sentimentos de uma ala do PT que não assimilou bem a ocupação da última cadeira da Frente Popular por Luciana, beneficiária de um fenômeno mais comuns nos partidos tradicionais: a transferência de prestígio (*Zero Hora*, 16 out. 1994, p. 3).

Ao focar as pretensas fraquezas da Administração Popular, a candidatura Britto provoca o antagonismo a dois outros eixos do modo petista de governar: o da inversão de prioridades e o que afirma a busca por outra forma de relação entre Estado e sociedade.

Ainda sob o significado da visão de estado, o PT em contrapartida destaca os traços “neoliberais e elitistas” das propostas de Britto – principal tema do segundo turno –, falando da política que este empreenderia no sentido de privatizar estatais e de conceder serviços públicos. A candidatura Britto passa no debate do segundo turno inteiro negando que usaria do expediente das privatizações alegadas na retórica petista, mesmo não refutando sua estreita afinidade com as políticas do já presidente eleito Cardoso e com a fala que este fazia nesse sentido. Sobre o tema, no jornal *Zero Hora* aparece:

Entre os boatos atribuídos ao PT, os peemedebistas listaram os supostos projetos de Britto para acabar com o Instituto de Previdência do Estado (IPE), vender a Companhia Rio-grandense de Telefonia CRT e manter o calendário rotativo. A cada item mencionado, a palavra ‘mentira’ era sobreposta,

imitando a imagem de um carimbo. O programa também exibiu uma mensagem do presidente eleito Fernando Henrique Cardoso (PSDB). ‘O Rio Grande pode contar comigo’, ressaltou FH (*Zero Hora*, 25 out. 1994, p. 6).

Na mesma linha de privatizações, os editoriais do jornal *Zero Hora* permaneceram convergindo com as idéias de reforma previdenciária, de privatização de estatais e de concessão de serviços públicos. No editorial “Retomada das privatizações” a opinião do jornal afirma sobre a venda da Empresa Brasileira de Aeronáutica:

O fato merece ser saudado com fogos como medida saneadora da economia. E, além do mais, oportuna, porque chega num momento em que o governo federal precisa fazer caixa, até mesmo para preservar o Plano Real [...] As privatizações se transformaram em instrumento básico da economia moderna. E isso no mundo inteiro, seja nas áreas de perfil econômico incipiente, seja em pesos pesados como a Alemanha e a França (*Zero Hora*, 30 out. 1994, p. 8).

Sobre o PT, dois temas são insistentemente explorados pela mídia escrita no segundo turno: o das contradições entre suas forças internas e o da controversa política de alianças. Acerca das forças políticas há uma intensa exposição da pretensa divisão interna que, segundo a imprensa, acontecia entre “moderados” e “radicais” ou “xiitas”:

As correntes políticas mais radicais tiveram suas convicções políticas abaladas pelos resultados das urnas. Quando Lula era líder nas pesquisas de intenção de votos, os xiitas repeliram todos os esforços dos moderados para fechar uma aliança com o PSDB. Os dirigentes acreditavam que só a força do PT seria suficiente para eleger Lula presidente. Agora sob o risco de serem responsabilizados pelas derrotas nos Estados em que o partido tem chances [...] têm sido obrigados a acatar sugestão de independentes e de correntes moderadas (*Zero Hora*, 16 out. 1994, p. 1).

Dentre as personalidades consideradas em alta na matéria, estão as do então prefeito de Porto Alegre Tarso Genro e dos deputados José Fortunati e Paulo Paim. Contribuindo para o mesmo tema, a correlação das diferenças internas do PT com um discurso autoritário de origem nazista, fascista e stalinista que aparece na coluna de opinião do jornalista Adroaldo Streck (presidente do PSDB no Estado) no jornal *Correio do Povo* em dois momentos. O primeiro denominado “Fanatismo perigoso (II)”:

Um cidadão que viveu na Alemanha durante a ascensão do nazismo telefona para dizer que tenho razão ao me referir a maneira fanática com os petistas usam suas bandeiras. Adolf Hitler parecia coberto por um ‘mar de bandeiras’, reverenciado por seguidores obcecados. [...] O espetáculo de Porto Alegre é único no Brasil. Em nenhum outro Estado brasileiro a ferocidade da militância petista se compara ao que assistem os gaúchos na antevéspera do pleito de 15 de novembro (*Correio do Povo*, 10 nov. 1994, p. 4).

O segundo, “Estrela do PT”:

[...] Candidato a governador no Espírito Santo [...] Buaiz esconde sua condição de militante petista. Foi a Brasília e conseguiu o apoio de Fernando Henrique Cardoso. [...] dispensou a presença de Lula no Espírito Santo. [...] Procedimentos diferentes na campanha de um mesmo partido? Outra imagem anacrônica é a das bandeiras vermelhas tanto petistas como do PC do B [...] Num Estado altamente politizado como o RS, este fato preocupa. Vamos começar aqui por onde os outros terminaram no Leste Europeu? (*Correio do Povo*, 14 nov. 1994, p. 4).

Quanto à política de alianças o foco foi o do polêmico apoio do PDT ao PT no segundo turno, visto como contradição interna petista e também pedetista. Na matéria intitulada “Maioria dos prefeitos do PDT apóia Britto” havia a notícia de que “apesar das declarações de Brizola favoráveis ao acordo com o PT, mais da metade dos pedetistas escolheu o PMDB” (*Zero Hora*, 26 de out. 1994, p. 1). Sobre o apoio a Olívio, o então governador do Estado Alceu Collares (PDT) diz em entrevista: “Considero o PT inimigo do PDT” (*Zero Hora*, 30 out. 1994, p. 8).

Já para Britto, a aproximação com outras forças políticas importantes do Estado foi mais fácil, conquistando e inaugurando um acordo estratégico com o setor ruralista do Rio Grande do Sul – oligarquia rural gaúcha – através da aliança de segundo turno com o Partido Progressista Reformador (PPR) de Celso Bernardi. Em matéria de capa do dia 28 de outubro, noticia-se: “O PPR decidiu sugerir a seus filiados que apóiem a candidatura de Antônio Britto” (*Zero Hora*, 28 de out. 1994, p. 1).

Interpretando significados na perspectiva discursiva: temas e contexto

Ao longo do trabalho foi descrito, através dos temas destacados em notícias, editoriais e colunas de opinião nos dois maiores jornais do Estado (ambos de Porto Alegre), o episódio de disputa eleitoral para o

cargo majoritário de governador, em dois turnos, entre Olívio Dutra (PT) e Antônio Britto (PMDB), entre os meses de setembro e novembro de 1994. Episódio que reeditou a tradição (uma cultura) de antagonismo polar na política no Rio Grande do Sul, mas que diferiu substancialmente de outros momentos em que esta se manifestou.

Três razões são apontadas para justificar as diferenças entre a polarização política descrita pelo episódio e as outras manifestações anteriores. A primeira razão é a de que nos anos de 1990 a afirmação do regime democrático foi acompanhada pela multiplicação de identidades sociais, construindo um contexto de heterogeneidade social em cidades como Porto Alegre e em Estados como o Rio Grande do Sul, diferente do que existia nos períodos precedentes. A segunda razão é que nesse contexto de heterogeneidade, surgiram novos atores sociopolíticos que não existiam nos períodos anteriores e que, a partir das experiências que adquiriram nos movimentos populares, nos sindicatos e, mesmo que não destacado no trabalho, na luta política da clandestinidade, passaram a integrar o cenário político da análise. Esses novos atores políticos, na sua maioria, convergiam para o PT. A terceira razão é que no âmbito das gestões locais, cujo melhor exemplo à época era a da Administração Popular em Porto Alegre, experiências inovadoras de administração do Estado passaram a ganhar destaque gerando um novo jeito de gerir: o modo petista de governar.

A síntese dessas razões se expressava na consolidação de um discurso hegemônico, pelo menos na cidade de Porto Alegre: o discurso petista. Contrário senso, a gênese de insatisfações que vieram a ser sintetizadas num discurso antipetista, antagônico aos fundamentos (aos significados) do petismo.

Nesse trabalho, ao se optar por uma abordagem discursiva, foi possível interpretar, nos temas veiculados pelos dois jornais de maior circulação no Estado, os significados que indicaram a fronteira e deram sentido para que, na constituição do ambiente de polarização descrito, os dois discursos antagônicos emergissem: as contradições internas do PT e as visões de Estado defendidas por um lado e outro.

No tocante às visões de Estado, os temas da ética na política, da privatização de estatais e da reforma previdenciária foram os mais veiculados. Na ética, a candidatura de Dutra, principalmente no primeiro turno, usou o episódio Ricúpero e a pretensa gestão fraudulenta de Britto no Ministério da Previdência para demarcar o alinhamento do PT sobre o tema. Contra essa visão petista ética, veiculou-se a onda do grevismo ao PT e ao uso desta para fins eleitorais. Na versão de Britto, página do segundo turno, uma

crítica incisiva ao uso da máquina pública da Prefeitura de Porto Alegre em benefício do PT.

Já no campo das privatizações e da reforma previdenciária, o PT apontava para seu antagonismo às políticas de extinção e vendas de estatais. Demarcava seu distanciamento das políticas neoliberais (termo pouco destacado nos jornais), acusando a candidatura Britto de ter alinhamento a estas. A candidatura Britto, acerca desse tema, preferiu se defender negando e se omitindo, mesmo que os editoriais, principalmente os de *Zero Hora*, apontassem para seu alinhamento a essas políticas.

Quanto ao uso das contradições internas do PT, houve à época uma clara conotação de desabono ao partido. As insistentes aproximações terminológicas utilizadas como radicais, xiitas e moderados tinham a intenção de alimentar o discurso antipetista a partir da cizânia interna. Estes termos apareceram em colunas de opinião no primeiro e segundo turnos e mesmo em matérias jornalísticas, sempre com a intenção de alinhar as opiniões petistas a ideologias autoritárias como o fascismo e o nazismo.

Ainda no campo das contradições internas, a controversa política de alianças do PT foi o último tema explorado. Mesmo que no segundo turno tenha obtido um indicativo de apoio formal por parte do PDT à candidatura de Dutra, pelos jornais, o PT foi mais criticado do que apoiado pelos pedetistas. Em matéria na imprensa, interpreta-se que o PT, principalmente devido às alas mais radicais, seria um partido autoritário que dispensava alianças e não dialogava com setores que divergiam das suas posições. Muito diferente, nesse aspecto, das notícias veiculadas a Britto, já que este, além de consolidar uma aliança histórica entre a burguesia urbana representada pelo PMDB e a oligarquia rural gaúcha pelo PPR, angariou apoios manifestos dentro do próprio PDT.

Em suma, o antipetismo ou discurso antipetista propriamente dito – mesmo que terminologicamente inexistente até então – teve sua origem no período da pesquisa, principalmente no segundo turno, como uma reação de Britto ao crescimento eleitoral do PT e ao avanço social do petismo. A síntese mensurável no episódio foi a de que a candidatura Britto venceu Dutra nas eleições estaduais no dia 15 de novembro fazendo 2.679.701 votos – 52,21% dos votos válidos – contra 2.453.174 votos – 47,79% dos votos válidos – confirmando a vitória do primeiro turno: 2.211.270 votos contra 1.560.992 votos, inaugurando um longo período de polarização político-cultural no Estado e, de certo modo, em Porto Alegre. No entanto, na capital o processo eleitoral de 1994 representou uma afirmação da precária e contingente hegemonia cultural do PT na cidade: no primeiro turno a

candidatura petista tinha feito 400.524 votos – 56,2% dos votos válidos – contra 311.790 votos dos demais concorrentes para o governo – 43,8% dos votos válidos; no segundo, a candidatura Dutra cresceu para 488.411 votos – 64,85% dos votos válidos – contra 264.674 votos de Britto – 35,15% dos votos válidos (Tribunal Regional Eleitoral – RS).

Referências

- AZEVEDO, Antônio F. Imprensa, cobertura eleitoral e objetividade: a eleição de 2000 na capital paulista. *Opinião Pública*, Campinas, v. 7, n. 2, p. 182-201, 2001.
- BITTAR, Jorge (Org.). *O modo petista de governar*. São Paulo: Perseu Abramo, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- BRESSER PEREIRA, Luis C. *Reforma do estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. São Paulo: 34; Brasília: Enap, 1998.
- CÂNEPA, Mercedes M. L. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estaduais e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Ed. Ufrgs, 2005.
- DIAS, Márcia R. Hegemonia e polarização: a reconfiguração de forças políticas no município de Porto Alegre (1998 a 2000). *Civitas*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 157-179, jun. 2002a.
- _____. *Sob o signo da vontade popular: o orçamento participativo e o dilema da Câmara Municipal de Porto Alegre*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2002b.
- FILOMENA, César L. *O agonismo nas relações sociais do partido, dos espaços públicos da sociedade civil e do sistema administrativo estatal: a experiência da Administração Popular em Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado) – PPG em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pucrs, Porto Alegre, 2006.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GENRO, Tarso H. Co-gestão: reforma democrática do Estado. In GENRO, Tarso; SOUZA, Ubiratan de. *Orçamento Participativo: a experiência de Porto Alegre*. 4. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- LACLAU, Ernesto. Desconstrucción, pragmatismo, hegemonía. In: LACLAU, Ernesto; DERRIDA, Jacques; CRITCHLEY, Simon; compilado por Chantal Mouffe. *Desconstrucción y pragmatismo*. Buenos Aires: Paidós, 2005.
- _____. *Emancipación y diferencia*. Buenos Aires: Ariel, 1996.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.
- LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MOUFFE, Chantal. *La paradoja democrática*. Barcelona: Gedisa, 2003.
- NEVES, Clarissa Eckert B.; SAMIOS, Eva Machado B. (Orgs.). *Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas*. Porto Alegre: Ed. Ufrgs, Goethe-Institut, 1997.

NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: Enap, 1997.

OTTMANN, Goez. Cidadania mediada: processos de democratização da política municipal no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 74, p. 155-175, mar. 2006.

RODRIGUES, Léo P.; MENDONÇA, Daniel de (Orgs.). *Ernesto Laclau e Niklas Luhmann: pós-fundacionismo, abordagem sistêmica e as organizações sociais*. Porto Alegre: Edipucrs, 2006.

TRIBUNAL Regional Eleitoral/RS. Disponível em: <http://www.tre-rs.gov.br/index.php?option=eleicoes/eleicoes.php>. Acesso em: 30/6/2006.

VIANA, Nildo. Neoliberalismo: afinal o que é? *Sociologia Ciência e Vida*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 14-21, nov. 2006.

Jornais

RICUPERO pede demissão. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 4 set. 1994, p. 1.

RICUPERO esfria a festa do tucano. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 4 set. 1994, p. 2.

MOVIMENTO por um rio grande unido e forte. PT sem escrúpulos: apedido. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 1, 13 set. 1994.

STRECK, Adroaldo. Fanatismo Perigoso (II). *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 10 nov. 1994.

STRECK, Adroaldo. Estrela do PT. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 14 nov. 1994.

DEVER de coerência. *Zero Hora*, Porto Alegre, 20 set. 1994, p. 10.

REFORMA da previdência. *Zero Hora*, Porto Alegre, 20 set. 1994, p. 10.

BARRINUEVO, José. Derrota do PT. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 6, 20 set. 1994.

PRIVATIZAÇÃO de estradas. *Zero Hora*, Porto Alegre, 21 set. 1994, p. 10.

PMDB prepara campanha agressiva. *Zero Hora*, Porto Alegre, 16 out. 1994. *Jornal da Eleição*, p. 3.

MODERADOS conquistam espaço no PT. *Zero Hora*, Porto Alegre, 16 out. 1994. *Jornal da Eleição*, p. 1.

BRITTO e Olívio apresentam suas armas. *Zero Hora*, Porto Alegre, 25 out. 1994. *Jornal da Eleição*, p. 6.

MAIORIA dos prefeitos do pdt apoia Britto. *Zero Hora*, Porto Alegre, 26 out. 1994. *Jornal da Eleição*, p. 1.

PPR sugere voto em Britto e PDT recomenda Olívio. *Zero Hora*, Porto Alegre, 28 out. 1994, p. 1.

RETOMADA das privatizações. *Zero Hora*, Porto Alegre, 30 out. 1994, p. 8.

COLLARES, Alceu de Deus. Considero o PT um inimigo do PDT: entrevista. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 8, 30 out. 1994.